

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/331207715>

Revisitando a Galeria de Criminosos Célebres em Portugal: História da Criminologia Contemporânea (1896–1908)

Article · January 2016

CITATIONS

0

READS

29

1 author:



Nuno Poiares

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

24 PUBLICATIONS 34 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Policing, Justice and Society [View project](#)



Violência doméstica [View project](#)

Revisitando a *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal: História da Criminologia Contemporânea* (1896-1908)

Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares

Resumo: no presente artigo o autor revisita a *Galeria de Criminosos Célebres em Portugal: História da Criminologia Contemporânea*, dirigida por Eduardo Fernandes (Esculápio) e J. Santos Junior (Santonillo), cujo primeiro fascículo deu à estampa em fins do século XIX (1896), com o intuito de dar maior visibilidade a uma coletânea singular e incontornável na História da Criminologia.

Abstract: in this article the author revisits the *Criminals Famous Gallery in Portugal: History of Contemporary Criminology*, directed by Eduardo Fernandes and J. Santos Junior (Santonillo), whose first issue gave to the press in the late nineteenth century (1896), in order to give greater visibility to such singular studies in history of criminology.

Palavras-chave: história, criminologia, criminologia positivista, personalidade criminal, investigação criminal, estudos socio-antropológicos do crime.

Keywords: history, criminology, positivist criminology, criminal personality, criminal background, socio-anthropological studies of crime.

Índice¹

1. Breve enquadramento
2. A estrutura da Obra
3. O caso de Francisco de Mattos Lobo
4. Considerações Finais

1. Breve enquadramento

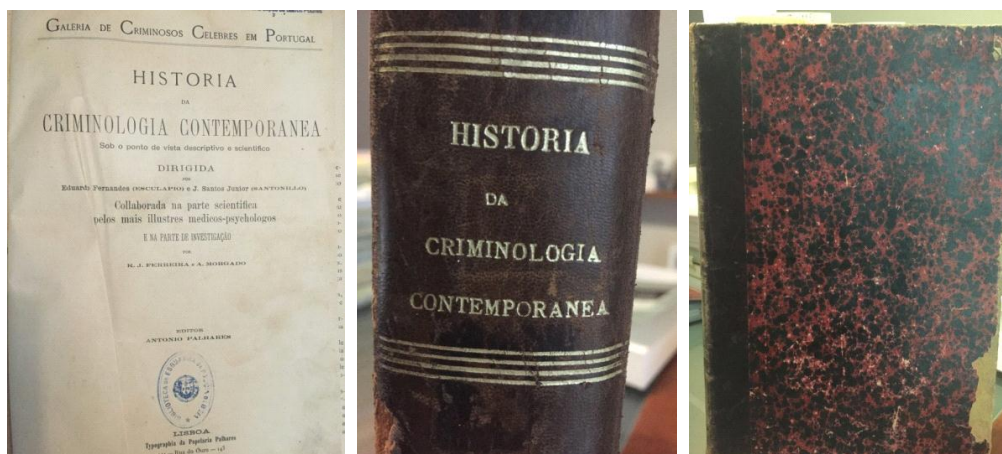
Há cinco anos atrás o autor destas linhas foi *forçado* a evitar um desfecho trágico, automeando-se *fiel depositário* de um conjunto de três dos sete volumes da Obra em análise. Para nossa perplexidade, eram textos originais datados de 1896, 1897 e 1898, que se encontravam em bom estado de conservação. A leitura dessas páginas fez-nos recuar no tempo e consolidar mais um pouco a evolução do estudo do criminoso em Portugal, *in casu*, à luz da corrente criminológica positivista. A compreensão da sociedade criminógena, dita de risco global e dos estudos associados, conduz-nos a uma necessária reflexão e ao regresso às escolas precursoras do campo do conhecimento que designamos como criminologia. Para compreendermos o presente e projetarmos o futuro importa, incontornavelmente, compreender e contextualizar o passado. Não se pretende apresentar mais um contributo teórico-conceitual, mas antes dar a conhecer uma Obra – sobretudo os seus três primeiros e

¹ O autor agradece à Professora Doutora Maria Teresa Payan Martins pela leitura e apreciação do texto.

mais antigos volumes publicados em fins do século XIX – que é desconhecida para muitos dos alunos que se debruçam sobre o conhecimento etiológico do crime e os aspetos convergentes, enquanto uma das principais referências bibliográficas (e sem paralelo na época) na literatura especializada nacional. A percepção deste desconhecimento foi consolidando sobretudo no âmbito das unidades curriculares que temos lecionado no curso de mestrado em criminologia e investigação criminal, apesar de um número significativo de alunos ser diplomado em criminologia. É, assim, nosso principal desiderato, dar visibilidade a uma Obra que parece *adormecida*, apesar de ser incontornável no campo teórico e prolegomenar, tanto no direito criminal, como na sociologia, antropologia, biologia, psicologia e na criminologia através do seu olhar *rashomoniano*, que é como quem diz, nas suas múltiplas e distintas abordagens e perspetivas já que assenta numa inter e multidisciplinaridade, inclusive quando pensamos numa história da criminologia positivista pois, nestes fascículos, dominam as correntes fisionomistas, a etiologia do crime e o atavismo, com especial destaque para a antropologia criminal e autores como Lombroso e Garofalo, como atestam os seguintes testemunhos:

“A moderna anthropologia criminal fez do homem criminoso, um individuo á parte do resto da sociedade, com os seus variados atributos, com a sua anatomia e psychologia especiaes, emfim um exemplar digno de estudo e de atenção. (...). A hereditariedade, o atavismo, a educação, os acontecimentos particulares da vida, a alimentação, o clima, a profissão, as emfermidades, são circumstancias poderosas que influem no julgamento, cuja influência é preponderante e cuja ignorancia não póde hoje ser admitida na apreciação de qualquer delicto. É esta a orientação que está tomando a nova escola criminologica, cujos representantes mais notaveis são Lombroso e Garofalo, e tantos outros notaveis criminalistas italianos. E é á Italia sobretudo que se deve a iniciação d’este movimento”. (...). O “que para nós hoje é um crime não o era n’outros tempos, em que os costumes eram outros, e em que a certos factos se ligavam ideias perfeitamente opostas às que se estabelecem hoje. Pertence pois, á evolução social o grande papel de moralização. A missão das sociedades modernas é pois educar e aperfeiçoar. É pela instrucção que os povos se moralisam e se educam. Os cérebros são como as pederneiras, quanto mais se precutem, tanta mais luz dão” (pp. 05, Volume I).

Acresce que este texto tem passado quase de forma invisível na maioria dos principais títulos criminológicos e na bibliografia de essência histórica produzida em Portugal. Queremos, pois, de uma forma muito simbólica, corrigir esse cenário. Mais tarde é nosso desiderato desenvolver diligências no sentido de restaurar e preservar este registo do passado, para depois permitir que o mesmo encontre o seu lugar de destaque numa biblioteca da especialidade ficando, desse modo, acessível a toda a comunidade científica.



Esta Obra, cujo original conta com 7 volumes num total de 1451 páginas, é um produto do somatório de múltiplos contributos de diversos especialistas. Importa, no entanto, destacar três nomes. Desde logo, Eduardo Fernandes (1870-1945) e José Maria Santos Júnior (1862-1927), dois jornalistas com larga experiência no contacto com criminosos, polícias e cenários dos crimes, conforme é descrito nas primeiras páginas do Volume I:

“Confiada a direcção do quinzenario a dois individuos que, pela sua longa pratica de escrever nos jornaes, são competentissimos para intervirem no assumpto, visto que, como *reporters* dos mais bem informados, se teem occupado dos casos mais interessantes de ha annos a esta parte, convivendo com a policia, acompanhando a vida de muitos criminosos, assistindo a mil diversas scenas e colhendo pormenores de tudo e todos, é isso um penhor seguro de que a obra será, a todos os respeitoes, vestida de todos os requisitos proprios para agradar a toda a gente e fornecedora de leitura deveras agradável e imprevista” (pp. 03, Volume I).

Por outro lado, temos Francisco Ferraz de Macedo (1845-1907), prestigiado farmacêutico, médico e antropólogo que, ao longo de toda a Obra, introduziu diversos contributos teóricos e empíricos assentes nas suas investigações, sobretudo de natureza antropológica, mas também biológica, incorporando, ainda, o papel de fisionomista para a compreensão do criminoso e do crime. Trata-se, pois, de uma Obra singular e apaixonante que se iniciou em 1896 e se prolongou até 1908. Surgiram, entretanto, versões de difícil acesso por iniciativa de algumas editoras (v.g. In-libris, Porto, estando indisponível), existindo ainda exemplares no Centro de Documentação da Polícia Judiciária (versão parcial) e na Biblioteca Nacional de Portugal (faltando o volume V).

“Ao mettermos hombros a um empreendimento d’esta ordem, qual o da publicação periodica de figuras mais proeminentes e notaveis nos annaes do crime em Portugal, desde que os serviços judiciarios no nosso paiz se organisaram, anima-nos a confiança de que o publico saberá corresponder ao nosso esforço” (Santonillo *in* Prefacio do Volume I, pp. 3).

É esta confiança que pretendemos reforçar, pondo alguma luz sobre um esforço que não pode cair no esquecimento, sobretudo pela forma pioneira como aborda alguns aspetos ainda hoje

estudados nos cursos de criminologia, como o diagnóstico da antropologia e da sociologia criminal, a marca deixada por Lombroso e Garófalo, a antropologia jurídica, as diversas variáveis que foram sendo consideradas ao longo dos tempos quando se analisa o crime e o criminoso, *a hereditariedade, o atavismo, a educação, os acontecimentos particulares da vida, a alimentação, o clima, a profissão, as enfermidades*, entre outros aspetos não menos importantes. Esperemos que os leitores destas linhas sintam o mesmo interesse por esta coletânea e procurem conhecê-la melhor.

Por fim, aprofundamos, de forma mais detalhada, o modo particular como foi estudado e descrito o homicida Francisco de Mattos Lobo, enforcado em Lisboa no dia 17 de abril de 1842, como um exemplo da análise rigorosa e minuciosa, e de um detalhe inspirador, com que Francisco Ferraz de Macedo desenvolvia as suas investigações bioantropológicas aqui vertidas.

2. A estrutura da Obra

A presente Obra é composta por sete volumes, com um total de 1451 páginas, dividindo-se em dois grandes campos de análise: por um lado, temos uma caracterização muito detalhada (e com uma linguagem *jornalística*) daquilo que os organizadores intitularam como a *Galeria de Criminosos Célebres*. Essa caracterização é de tal forma minuciosa, que prende o leitor do início ao fim pela forma poetizada como os diversos protagonistas, normalmente com cognomes, são apresentados, a par do português da época que reforça essa atração ao texto. Por outro lado, temos o *Elenco para Investigações Criminológicas*, surgindo o primeiro texto na página 18 do volume I, sob a autoria de Francisco Ferraz de Macedo, autor que, aliás, redigiu grande parte dos *Elencos*, textos com uma abordagem científica que visam complementar a caracterização dos criminosos mais conhecidos na época, fazendo alusão a todo um universo concetual da criminologia positivista. Ferraz de Macedo preocupou-se, sobretudo, em esclarecer os leitores nos aspectos mais teóricos e que escapam, muitas das vezes, aos espíritos menos esclarecidos ou aos que limitam as suas leituras à narração *jornalística*. O criminoso português surge, curiosamente, *catalogado* como se fosse um tipo de desviante distinto dos restantes criminosos, munido de características diferentes: “O *gatuno* português, como o *filou* francez, o *pik-pochet* inglez, o *rata* hespanhol, pertence a uma especie unica, que se divide n’um sem numero de classes, para dar origem a uma quantidade inexprimivel de géneros” (pp. 03, volume I).

O Volume I é datado de 1896 e tem um total de 200 páginas, onde podemos encontrar 23 episódios e/ou caracterizações de autores de crimes, dos quais oito foram redigidos por Ferraz de Macedo. Após o Prefácio (pp. 3-4), cuja autoria entendemos ser atribuída aos diretores desse volume, encontramos um artigo sobre a criminologia intitulado *O criminoso* (pp. 5) de autoria de José Joyce, seguindo-se *Luiz Augusto Pereira: O Physico-Mór* (pp. 6-18) estruturado num texto intitulado *O Physico-Mór e as suas proezas* com 5 capítulos (I - O Physico «sportman». II – O Physico conquistador. III – O Physico doutor Felgueiras. IV – O Physico director do hospital de S. Marcos, de Braga. V – O Physico quintanista de medicina). Segue-se, depois, mais um artigo de pendor científico com o título *Elenco para Investigações Criminológicas I* (pp. 18-19) da autoria de Francisco Ferraz de Macedo. Este título, aliás, encabeça os vários textos de reflexão científica, num total de oito capítulos, todos da autoria de Ferraz de Macedo, que surgem intercalados entre a caracterização dos sujeitos da prática de crimes e a descrição dos episódios criminais.

Segue-se o texto *Manuel António Rodrigues de Barros: O Nisa* (pp. 21-22), *Elenco para Investigações Criminológicas II* (pp. 22-24); *Maria Rosa, a “Giraldinha”* (pp. 24-35); *Elenco para Investigações Criminológicas III* (pp. 35-38); *Miguel Augusto Ribeiro: O Matuto* (pp. 38-48); *João António Lobo: O Mestre Lobo* (pp. 49-60); *Alejandro Fernandez: Rozillo* (pp. 61-62); *Antonio Garcia Alique: O Toureiro* (pp. 63); *Antónia Lopes: a «Hespanhola»* (pp. 64); *Elenco para Investigações Criminológicas III* (pp. 65-68), que constitui a continuação do artigo anterior; *Guilhermina Adelaide: A Cepa* (pp. 69-72); *Elenco para Investigações Criminológicas IV* (pp. 72-74); *Alfredo Alves Mendes: O Pera de Satanaz* (pp. 75-90); *Elenco para Investigações Criminológicas IV - continuação* (pp. 90-92); *António Braz Monteiro: Ladrão Fino* (pp. 93-104); *Manoel José Rodrigues: O Fajardo II* (pp. 105-111); *Elenco para Investigações Criminológicas V* (pp. 111-113); *João Bernardo das Neves: O ladrão dos bahus* (pp. 113-120); *Elenco para Investigações Criminológicas - continuação* (pp. 121-122); *José Novelli: O Novelli* (pp. 122-128); *Alfredo Augusto Mendes Mineiro: O Mineiro* (pp. 128-140); *Elenco para Investigações Criminológicas VI* (pp. 141-142); *Constantino da Silva: O Vidraças* (pp. 142-148); *José Maria da Silva: O Caramello – Fabricante de moeda falsa* (pp. 148-155); *Elenco para Investigações Criminológicas VII* (pp. 155-158); *Joaquim Ferreira: O Lareco* (pp. 158-165); *Elenco para Investigações Criminológicas - continuação* (pp. 165-166); *José da Encarnação Mouta: O Sargento* (pp. 166-170); *João Francisco Lourenço (Portuguez) e Antonio de Saes Martinez (Hespanhol): Os assassinos da sentinella do Limoeiro* (pp. 170-174); *João José da Silva* (pp. 174-180); *Domingos José da Cunha: O chefe dos caixeiros gatunos* (pp. 180-187); *Elenco para*

Investigações Criminológicas VIII (pp. 187-189); *Maria Manuela Bousa: A Manoela* (pp. 189-194); *Manoel Antonio Esteves: O Troca ou o Troca Tintas* (pp. 194-200).

O volume II surge um ano depois – em 1897 – e é composto por um total de 191 páginas, onde estão vertidos dezasseis episódios criminais e/ou a caracterização de alguns dos seus autores com o mesmo detalhe notável verificado no volume anterior. A estes episódios acrescem seis comentários da autoria da editora da Obra. O volume II tem, como diretores científicos, Francisco Ferraz de Macedo e José Joyce e, como coordenador, J. M. Santos Junior (Santonillo).

Ao longo das 191 páginas podemos encontrar, desde logo, um prefácio redigido por Santonillo (pp. 3-4), seguindo-se o artigo *A Imprensa e a Génese do delicto* (pp 5-8) de Ferraz de Macedo; *Francisco de Mattos Lobo* (pp. 8-31), artigo muito detalhado redigido igualmente por Ferraz de Macedo (que será analisado com maior detalhe no presente artigo); *Virginia Augusta da Silva: a envenenadora* (pp. 31-48); *Anthropologia* (pp. 36-47), título que enforma uma abordagem antropológica de Virginia Augusta da Silva; *Vicente José Dias: O Barqueiro* (pp. 48-49); e *Maria Balbina de Mattos Cardozo: A Giralдина II* (pp. 52-55). Depois encontramos um interessantíssimo artigo intitulado *Calão dos Gatunos: algumas palavras em calão que os gatunos uzam quando não querem ser compreendidos pelas pessoas de bem* (pp. 56), onde surge a explicação de expressões dos *gatunos* da época, como: *quem denuncia (buffo)*; *annel (annilha ou cachucho)*; *Velho (jarreta)*; *ser tôle (bronco)*; *policia (cabra ou macaco)*; e *commissario de policia (quarto alho)*; seguindo-se *O crime de melgaço: Assassinio de um padre* (pp. 57- 69); *Elenco para Investigações Criminológicas IX* (pp. 69 – 71) da autoria de Ferraz de Macedo; *Utilidade da Galeria dos Criminosos Celebres* (pp. 71 – 72); comentário da autoria da empresa editora da *Galeria dos Criminosos Celebres*; e *Narciso Joaquim Viana: o Bonita ou Bonito* (pp. 72-77).

Nas páginas 78-80 encontramos um artigo extremamente interessante intitulado *Necessidade da «morgue»*, já que nos desperta para esta realidade naquele contexto histórico e social, sobretudo quando se lê, a certa altura, (...) *uma cidade importante não dispensa um deposito de cadaveres, para os casos ordinarios; e a practica evidentemente nos tem demonstrado os inconvenientes que derivam de tal falta* (pp. 78), revelador da fase ainda muito embrionária neste campo e da ausência de espaços para esse efeito.

Ainda no Volume II, nas páginas 80-94, surge-nos o título *Thomaz Ribeiro: O crime da Serra de Monsanto*; seguindo-se *O crime de Torres Vedras* (pp. 94-95); *O assassinio do Engenheiro Abel Marty* (pp. 95-107); *Para a historia do BONITA* (pp. 108-122); *Diogo Alves: Duas palavras ao leitor* (pp. 123-141); *Investigação de Criminosos e Necroterio* (pp. 141-144), por Ferraz de

Macedo; *O crime da Rua Maria Pia* (pp. 145-153); *O crime da esperança. Anthropologia I* (pp. 153-170); *João Brandão e a sua quadrilha* (pp. 170-188); *José Augusto Ferreira: O Lindinho* (188-189); e, por fim, *José Augusto Lemos: O Taborda* (pp. 189-191).

Já o Volume III data de 1898 e é constituído por 239 páginas, onde estão vertidas vinte ocorrências criminais/descrição de autores de crimes, bem como estudos antropológicos divididos em 3 partes. A direcção científica coube, neste fascículo, a Ferraz de Macedo e José Joyce, tendo como diretor J. M. Santos Junior (Santonillo). Nas páginas 3 e 4 encontramos um Prefácio por Santonillo; seguindo-se o extenso artigo *Dr. Urbino de Freitas* (pp. 5-92); e *Estudos anthropologicos: A jurisprudencia criminal e a anthropologia jurídica* (pp. 89-92), *Estigmas e melindres em os valorizar* (pp. 113) e *O atavismo e a delinquencia* (pp. 148), após o qual surge *Um Ladrão bem educado: O filho do guarda nocturno* (pp. 92-94); *A Mariquinhas* (pp. 95-100); *Um gatuno perigoso (O Fraga) I, II* (pp. 101-104); *A Filicida (Maria do Carmo) I a VI* (pp. 105-115); *O Laranjeira* (pp. 116-124); *A Ribeirinha* (pp. 124-126); *Albino de Amaral: assassino* (pp. 126-134); *O Maneta: Francisco Amigo* (pp. 134-138); *António Joaquim da Silva* (pp. 138-140); *A Barqueira: Lucrecia Rosa. I a VII* (pp. 140-143); *Uma crença esquartejada: Maria Constancia* (pp. 143-150); *Tres joias: A Caixeira, a Canastra, a Rata das Igrejas. I a III* (pp. 150-155); Os crimes do «bigode» (pp. 156-223); *Laura Augusta: a Negativa* (pp. 224-228); *Torquato da Costa Gonsalves* (pp. 228-229); *O «Giraldinho»: Antonio dos Santos, também denominado O Capoeira II* (pp. 230-232); *Georgina Laura* (pp. 232-234); *João de Almeida: O Cambaio* (pp. 234-237); e *Elvira Martinez: A Infanticida. I a VIII* (pp. 237-239).

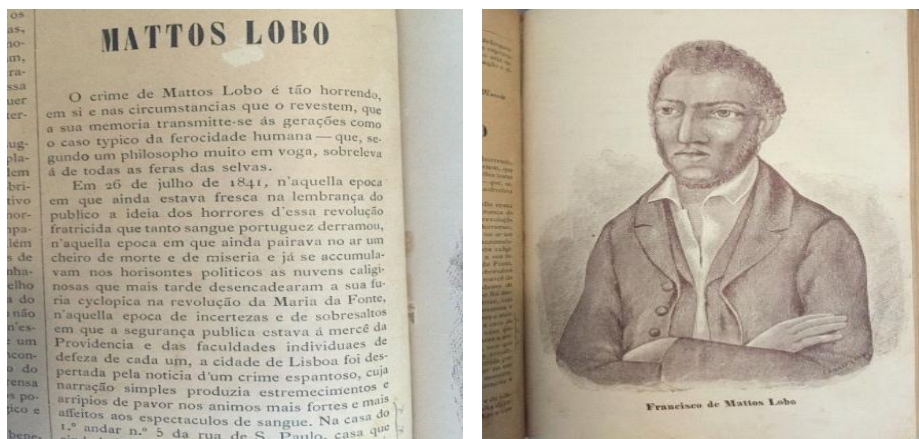
Já o Volume IV teve, como diretores científicos, Ferraz de Macedo e José Joyce. Os volumes V e VI (1905) tiveram a direcção científica exclusiva de Ferraz de Macedo e, por fim, o volume VII (1908) foi organizado sob a direcção científica de Aurélio da Costa Ferreira.

3. O caso de Francisco de Mattos Lobo

“... a cidade de Lisboa foi despertada pela noticia d’um crime espantoso, cuja narração simples produzia estremecimentos e arripios de pavor nos animos mais fortes e mais affeitos aos espectaculos de sangue” (pp. 8, Volume II).

Após uma abordagem genérica à coletânea, vejamos agora, com maior detalhe, um texto da autoria de Ferraz de Macedo, escolhido em função das características do crime e a forma como este autor se preparou para elaborar um texto que fosse um traço fiel dos acontecimentos ocorridos no dia 25 de junho de 1841, pelas 23:45, sem olvidar ou omitir quaisquer factos que tenham contribuído para a *imortalização*, na época, deste criminoso.

Acresce que verificamos, curiosamente, um certo paralelismo deste caso com o episódio que ficou conhecido como *Francisco Esperança: o monstro de Beja*, ocorrido em 13 de fevereiro de 2012, que vivenciámos de perto e que aqui recordamos nos seus principais traços.



Nos dois casos, apesar do fosso temporal de 171 anos, os autores dos crimes (de nome Francisco) cometeram os homicídios sob o silêncio da noite e, em ambos os episódios, pôs-se termo à vida de uma família inteira e aos animais domésticos, tendo suscitado uma enorme curiosidade nas pessoas que quiseram ir conhecer Francisco Mattos Lobo na prisão, tal como fomentou o *turismo mórbido* na antiga residência (local do crime) de Francisco Esperança. Contudo, no caso mais antigo (1841), a arma do crime foi um punhal. Ao passo que, no caso mais recente (2012), o homicida recorreu a uma catana para cometer o triplo homicídio.

O caso do *monstro de Beja* precipitou-se quando o namorado de Cátia (filha do criminoso), que vivia em Lisboa tentou contactá-la, por telefone, sem qualquer sucesso. No dia 13 de fevereiro de 2012 o namorado dirigiu-se à Polícia de Segurança Pública (PSP) de Beja e informou não saber o paradeiro da namorada há vários dias. Pelas 17h30 a PSP cercou a moradia da rua de Moçambique, onde Francisco Esperança se encontrava barricado supostamente com os seus familiares. Tudo fazia crer que se tratava *apenas* de um sequestro cujo móbil era desconhecido. Só duas horas depois, pelas 19h40, o homicida saiu da habitação, tendo sido detido pela Polícia, que encontrou algo que não tinha equacionado, confirmando a morte de três vítimas: a mulher de 53 anos, a filha de 28 e a neta de 4 anos; bem como os animais domésticos. O triplo homicídio ocorrera uma semana antes através de catanadas a meio da noite e quando as vítimas dormiam. O *monstro de Beja*, ao contrário de Mattos Lobo na fase de julgamento (apesar de ter confessado o seu crime antes da forca), confessou-se de imediato culpado dos três homicídios, por motivos relacionados com dívidas. Acresce que Mattos Lobo tentou suicidar-se, o que nunca conseguiu, morrendo pela forca após apreciação do caso pelo tribunal. Já Francisco Esperança terá, segundo o mesmo, tentado suicidar-se por

diversas ocasiões, durante a semana em que conviveu alcoolizado com os três cadáveres. Mas nunca conseguiu pôr termo à vida por falta de coragem. O que viria, estranhamente, a concretizar-se poucos dias depois, no interior de um estabelecimento prisional, em Lisboa.

O caso de Mattos Lobo surge no Volume II (1897), cuja direcção coube a J. M. Santos Junior (Santonillo) e a direcção científica, como já vimos, a Ferraz de Macedo e José Joyce. A descrição deste caso encontra-se vertida, detalhadamente, nas páginas 8 a 31 e estruturada em quinze capítulos. No 1.º capítulo, com o título “Mattos Lobo” (pp. 8-9) encontramos a caracterização detalhada do crime e do criminoso: um homem que recebera uma educação superior à média naquela época e que representava um orgulho para os seus pais. Vejamos:

“Mattos Lobo recebera uma instrucção muito esmerada, consideravelmente superior ao que era commum n’aquella epoca, em que a sciencia e as letras ainda não se haviam tornado accessiveis aos filhos do povo e constituíam quasi um privilegio aristocratico de mancebos nascidos em berços dourados. Destinado pelos paes á vida ecclesiastica, que era então a suprema ambição d’um pae abastado, Mattos Lobo começou a estudar aos oito annos as primeiras letras (...). Em 1834 Francisco de Mattos Lobo, tendo 20 annos de idade, era uma capacidade intelectual, era o orgulho de seus paes, que o não entendiam quando elle falava, era o idolo do povo opprimido, cuja causa elle defendia, com todo o entusiasmo e ardor da sua alma juvenil e com a auctoridade e o ascendente do seu saber” (pp. 9, Volume II).

Nas páginas 9 a 11 encontramos uma abordagem aos antecedentes do criminoso, com especial ênfase às características fisionómicas do mesmo, abordagem tradicional da corrente criminológica positivista. Mattos Lobo era, pois, uma figura respeitada, que estudara desde os oito anos e que estava destinado à vida eclesiástica, um rapaz que amadurecera muito rapidamente – “Mattos Lobo chegou antes do tempo á maturação de homem” (pp. 9) – de feições grosseiras, cabelos negros, “o seu todo indicava ao mesmo tempo intelligencia e crueldade” (pp. 10). Mas, ainda assim, nada fazia prever um desfecho tão terrível, já que, na altura, aos olhos da sociedade, uma pessoa com aquele nível de educação e instrução não cometia crimes desta natureza. Mattos Lobo contava com 27 anos de idade na altura da prática do crime.

“O crime de Mattos Lobo é tão horrendo, em si e nas circumstancias que o revestem, que a sua memoria transmite-se ás gerações como o caso typico da ferocidade humana – que, segundo um philosopho muito em voga, sobreleva a de todas as feras das selvas”. (...). Na casa do 1.º andar n.º 5 da rua de S. Paulo, casa que ainda hoje existe, fôra assassinada durante a noite, e á punhalada, uma família inteira, sem que escapassem creanças e nem sequer a creada”. (...). Vulgarmente, a falta de instrucção e de educação explicam estas enormidades, á falta de explicação mais profunda e meditada” (pp. 08).

Nas páginas 11 e 12 segue-se a caracterização da casa da Rua de S. Paulo, local do crime, com uma abordagem às relações de vizinhança e à probabilidade de os moradores terem escutado

os sons e os gritos aquando do crime e enquanto elementos facilitadores para uma melhor contextualização da dinâmica daquela família com quem Mattos Lobo convivia: “... não ha segredos para as visinhas, porque a curiosidade e a bisbilhotice são duas instituições nacionais que se mantêm ainda hoje” (pp. 11).

Nas págs. 12 a 20 o autor do artigo aborda a transcrição detalhada da sentença no jornal “O Dez Rs. Jornal D’Utilidade Pública”, periódico que publicou na sua 1.^a capa um extracto da sentença de Mattos Lobo (Anno de 1841. N.^o 198. Segunda-feira. 06 de Setembro).

“Mostra-se que acudindo todos a um quarto contiguo á sala e á cozinha, onde se via uma luz, ali se offereceu á horrorizada contemplação dos espectadores os cadaveres de Adelaide Philippe da Costa e de sua criada Narcisa de Jesus, estendidos no pavimento, convertido em mar de sangue; o tenro cadaver de seu filho Emygdio Pereira da Costa, estrangulado e envolvido na roupa da cama ensopado no seu sangue; e de um ensanguentado vulto que estava sobre a cama de alto, que dirigindo-se aos olhos do corpo a que pertenciam os taparam, ouvindo-se d’ali o seguinte: «Mata-me ladrão, mata me como fizeste a minha mãe, acaba de me matar.»” (pp. 14).

Seguidamente o autor desenvolve algumas considerações sobre uma testemunha do crime, um rapaz de apelido inglês James (pp. 20-21) que, da sua janela, acompanhou os movimentos anormais na casa das vítimas e assistiu parcialmente ao crime, tendo, inclusivamente, visto Mattos Lobo a lançar a cadela pela janela. Esta testemunha, segundo o autor, foi fundamental para a consolidação da prova, já que a polícia estava muito atrasada naquela época, pelo que o testemunho terá sido fundamental para a compreensão dos factos ocorridos. No entanto verificou-se uma enorme dificuldade em compreender o móbil do crime (pp. 21), porventura um amor não correspondido, já que “nunca foram bem aclarados os verdadeiros motivos que armaram o braço de Francisco de Mattos Lobo para assassinar cobardissimamente uma familia indefeza, composta de frageis mulheres e d’uma creança” (pp. 21).

Após a consumação do crime e a detenção de Mattos Lobo, o autor dedica algumas linhas a Mattos Lobo em poder da polícia e pormenores sobre o interrogatório (pp. 21-23); e na enxovia (pp. 23-24), já que no dia em que se realizou o enterro das vítimas, Mattos Lobo foi conduzido do Carmo para o Limoeiro sob uma enorme escolta da guarda municipal, pois as ruas estavam ocupadas pelo povo irado. “Aquella grande força de capitão era destinada a guardar o preso, mas não d’uma tentativa de fuga ou de resistencia e sim das iras do povo, que nos seus gritos de *Mata! Mata o assassino!* Traduzia o desejo quasi irresistivel de lynchar na via publica o miseravel, castigando-o pela forma mais summaria” (pp. 24). Logo a seguir o autor descreve a solidão de Mattos Lobo nos calabouços e as suas tentativas de suicídio, faltando-lhe contudo a coragem apesar de se negar a tomar qualquer alimento (pp. 24-25). O julgamento realizou-se no dia 30 de agosto de 1841 (menos de 35 dias após o crime) o que

revelou um tratamento diferenciado em matéria de celeridade processual (pp. 25-26). “Esta celeridade do tribunal foi devida a uma ordem, que baixou do ministerio da justiça, para que o processo não sofresse a minima demora” (pp. 25). No dia do julgamento foi impressionante a adesão popular, com o público apertadíssimo e ocupando todos os lugares nas galerias. “Ficou demonstrado no julgamento que o crime tivera por mobil o roubo, embora os defensores de Mattos Lobo pretendessem alindar o caso com a intervenção d’um romance amoroso em que se desencadeavam as furias do ciúme com todas as paixões que lhe são inherentes. Nada d’isto se provou” (pp. 26). Depois de terminado o julgamento Mattos Lobo recolheu à cadeia extremamente abatido, já que tinha “um terror pela ideia de morte”. Depois, na pp. 27, o autor descreve a passagem do criminoso pelo oratório com o mesmo detalhe intenso e apaixonante. No dia 14 de abril, pelas 12:00, um guarda levou-o a uma casa próximo do escritório, onde o escrivão da Relação o intimou da sentença que o condenava à morte “com todo o aparato do estylo”. “O assassino teve um desmaio, e quando voltou a si, pediu que lhe chamassem o thesoureiro dos Martyres, no que foi atendido. D’ali levaram Mattos Lobo para o oratorio, um inferno onde os condemnados á morte permaneciam durante tres interminaveis dias. (...). O padre falou ao reu com inexcédível doçura e este ouviu-o com interesse. Pelas 4 horas da tarde Mattos quiz falar ao carcereiro, e quando este appareceu, ajoelhou-se e, banhado em lagrimas, pediu-lhe que lhe dissesse, sob sua palavra de honra, se alguem mais estava preso pelo crime da rua de S. Paulo. – Não senhor, não está mais ninguém preso. – É porque, se estivesse – respondeu o assassino – era innocente” (pp. 27).

A descrição de Mattos Lobo é, aliás, a todos os títulos, dos textos mais envolventes e intensos pela forma como é caracterizado e explicado o conjunto de sentimentos que invadiram o criminoso e a forma como ele dividiu o tempo e o desespero entre pensamentos, pedidos de desculpas aos guardas, a confissão, a missa, a agravação da saúde, a interessantíssima declaração que assinou, sob alguma pressão, onde se declarava culpado dos homicídios ocorridos na noite de 25 para 26 de julho de 1841; e os beijos no crucifixo enquanto murmurava inúmeras vezes *memento homo quia pulvis es et in pulverem reverteris* (pp. 28).

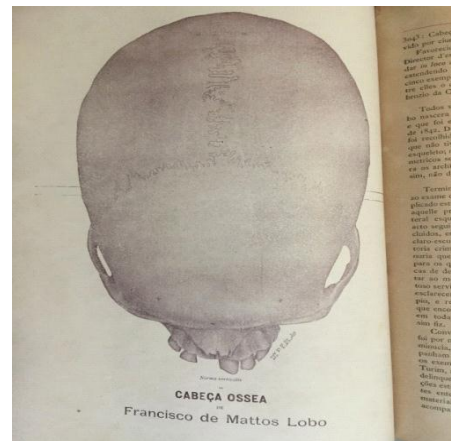
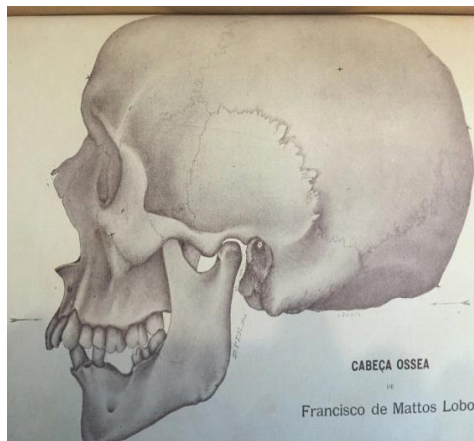


Capa de *O Dez Rs Jornal D'Utilidade Pública*, de 6 de setembro de 1841, onde se pode ler o destaque dado ao julgamento de Mattos Lobo através de um extrato da sentença.

Logo a seguir, em meia página o autor descreve o momento da força (pp. 28), pontuado por algumas peripécias. “A morte foi demorada e a agonia devia ter sido espantosa, pois uns poucos de incidentes tornaram morosa a execução do reu. Em primeiro lugar, quando o desgraçado estava sendo guindado á força do pulso do carrasco e do seu ajudante pelos degraus do patibulo, o prior de Marvão, que o exhortava a ter coragem e a reconciliar-se com Deus, foi fulminado por uma apoplexia e cahiu redondamente morto, o que causou grande alvoroço. Depois, o carrasco, pouco perito ou já pezado para o seu triste mister, fez padecer horrorosamente Mattos Lobo. Eis como findou um dos dramas mais emocionantes da antiga Lisboa, cuja memoria se repercutiu atravez dos annos até aos nossos dias” (pp. 28).

Nas páginas 28-31, sob o título *Osteometria*, ganham especial relevo as teorias da criminologia positiva, em especial a escola italiana lombrosiana. Surgem diversas imagens do crânio de Mattos Lobos com interessantíssimas tabelas designadas como *craneometria*. Nessa época o autor do artigo foi autorizado pelo diretor do estabelecimento prisional a estudar a sua cabeça óssea, a par de mais cinco exemplares, por forma a retirar conclusões próprias da escola fisionomista e atavista da época. A minúcia deste estudo foi de tal forma expressiva que o próprio autor fez questão em referir ter seguido a mesma metodologia de Cesare Lombroso.

“Convém advertir que o supra-dito processo foi por mim empregado, com o mesmo rigor e minucia, nos outros cinco exemplares que acompanham este em Lisboa, bem como em todos os exemplares do professor C. Lombroso em Turim, além de outros de Roma e de Genebra” (pp. 29).

[illegible][illegible]

Não menos interessantes são as conclusões do estudo: “1.^a – A cabeça ossea de Mattos Lobo é morphologica e geometricamente semelhante a qualquer outra da raça a que pertence e povo em que nasceu. 2.^a - Embora pertencendo a organismo que antes da morte manifestou acções psychologicas das mais singulares e hediondas, é não obstante perfeitamente confundivel com outra que durante a existencia pertencesse a organismos de acções normaes. 3.^a – A observação exo e endocraneana leva-nos á convicção de que o exemplar nem nativa, nem adventiciamente, foi invadido por anomalias, nem alterações pathologicas, que concorressem para conduzir á explicação dos actos facinorosos praticados em vida. 4.^a – Por exclusão de anomalias, por exclusão de manifestações pathologicas de antiga ou recente data, por uma ascendencia immaculada, pela vida n’um meio impolluido, por uma educação esculpulosa, por uma instrucção salutar... e todo esse conjuncto auxiliado por uma lucida anamnesia reveladora de um perfeito estado hygido durante o delicto, aggravado por astuciosa premeditação e pelas victimas successivas, sem nenhum haver provocado o crime, somos arrastados a pensar que Mattos Lobo era um delinquente rarissimo por constituição natural” (pp. 31). Ou seja, tal como

a História tem demonstrado, a corrente fisionomista nunca chegou a apresentar dados conclusivos que definissem um nexos causal entre os traços, o perfil, a biologia e a predisposição para os comportamentos desviantes. Mattos Lobo era, afinal, “um delinquente rarissimo por constituição natural”.

4. Considerações finais

Para compreendermos os desafios atuais que se colocam à criminologia importa estudar e compreender o fio condutor que norteou inúmeros cientistas que dedicaram a sua vida à investigação destas matérias e que representam os primeiros impulsionadores de novos campos de análise. É conhecendo o passado até ao presente (estado da arte) que podemos, com bases sólidas, projetar o futuro e apresentar a ciência como verdadeira ferramenta auxiliar da governança. Este artigo visou, essencialmente, despertar os espíritos para a existência destes fascículos, apesar de o seu acesso ser muito limitado. São pois textos cuja riqueza assenta, sobretudo, na minúcia, no rigor extraordinário e na paixão relevada na redação, cujos detalhes, por si só, agarram o leitor do início ao fim, compreendendo o caminho que foi traçado ao longo da História e aquela que foi uma das correntes dominantes durante muitos anos: a criminologia positivista.